

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1000632-33.2018.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento</b>
Requerente:	<b>Márcio André Asnar</b>
Requerido:	<b>Wesley Leonardo Falcao Dias</b>

**MÁRCIO ANDRÉ ASNAR** ajuizou ação contra **WESLEY LEONARDO FALCAO DIAS**, pedindo a decretação do despejo do réu do imóvel situado na Rua Major Manoel Antonio de Mattos, nº 41, Vila Monteiro, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos da locação, cujo pagamento também almeja a condenação, com as obrigações que se vencerem no curso do processo.

Citado, o réu não contestou o pedido.

O autor requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 344), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto o despejo do réu do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária. Outrossim, condeno o réu ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação, vencidos até a data do ajuizamento, além daqueles que se venceram posteriormente, até a efetiva desocupação do prédio, com correção monetária, juros moratórios, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Defiro a tutela de urgência e, desde logo, determino a expedição de mandado para intimar o réu a desocupar voluntariamente o imóvel no prazo de quinze dias, haja vista a incontroversa impontualidade do locatário e a inexistência de garantia contratual.

Publique-se e intmem-se.

São Carlos, 19 de março de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**